

“Amadurece processo de negociação”

A renegociação multianual da dívida, defendida pelo diretor do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, para países como o México e o Brasil, causou impacto nos meios financeiros. Para o presidente da Federação Nacional de Bancos, Roberto Konder Bornhausen, a manifestação do diretor do FMI é muito importante porque mostra que, aos poucos, credores e devedores vão chegando ao consenso de que é preciso encontrar uma solução mais definitiva para o problema da dívida. “Isso mostra um amadurecimento no processo de negociação e revela que os credores começam a reconhecer os esforços que países devedores estão fazendo para ajustar suas economias”, disse Bornhausen.

Susumo Iwasaki, representante no Brasil do grupo japonês “Sumitomo Trust”, disse que a renegociação por períodos mais longos poderá ser um dos temas discutidos na reunião dos países ricos que começa amanhã em Londres.

“Penso que alguma solução nesse sentido terá de ser aprovada não só para o Brasil mas para os demais países endividados latino-americanos”, disse Iwasaki.

O representante do Sumitomo prevê que, inspirada pela manifestação conjunta do grupo de países latino-americanos, as nações ricas definam alguma posição concreta na reunião de Londres. Nesse sentido ele espera que na fase três da renegociação da dívida externa brasileira, prevista para o último trimestre, seja definido o programa para três anos e não apenas para o ano seguinte, como foi feito no final de 82 e de 83.

SOLUÇÃO DIFÍCIL

O representante do Deutsh-Sudamerikanische Bank e do Dresdner Bank, Gunther L. Matter, não vê porém com muito otimismo as perspectivas de uma renegociação por períodos mais prolongados. “As possibilidades e as

características de cada banco são diferentes e, na prática, considero difícil um acordo por prazo mais longo”, comentou Matter. Como o Brasil vem obtendo resultados positivos no programa de reajuste econômico, Matter considera que as condições de renegociação tendem a melhorar de ano para ano e, assim, um acordo por três anos poderia inclusive ser desfavorável para o País que tem possibilidades de obter melhores condições nos próximos anos. Lembrou que na fase dois, negociada no início deste ano, o Brasil obteve prazo, carência e taxas de riscos mais favoráveis que na fase um.

Matter entende também que renegociação por períodos superiores a um ano envolveria volumes muito grandes de recursos e dificultaria os entendimentos. “Tenho certeza de que, de ano para ano, o Brasil irá obtendo condições mais favoráveis para a renegociação porque está apresentando bons resultados em sua política de ajuste.